

2

A Relação trabalho educação no cenário contemporâneo

2.1

Introdução

A crise do sistema capitalista dos anos 70 e seus desdobramentos recolocaram problemas sociais que pareciam já terem sido superados e de certa forma desvendaram a fragilidade da relação salarial e das garantias associadas a ela, mostrando que os trabalhadores continuavam a ser o elo mais frágil no embate entre capital e trabalho, pois muitas das soluções encaminhadas para a superação da crise tiveram como alvo direitos por eles conquistados. Além disso, a adoção, pelas empresas, de inovações organizacionais e técnicas possibilitaram uma mudança no padrão de utilização da força de trabalho. A migração da rigidez produtiva que caracterizou o fordismo para uma organização flexível da produção e do trabalho, que denominaremos aqui acumulação flexível¹, permite o uso decrescente (em termos numéricos) da força de trabalho sem que a produtividade

¹A partir da Escola da Regulação, David Harvey (1996) desenvolve o conceito de acumulação flexível para definir as mudanças políticas, socioeconômicas e culturais que transpassam as sociedades capitalistas contemporâneas. Sua análise é que estaríamos, se não diante de um novo regime de acumulação, mas frente a transição para um regime diverso do fordismo. E do mesmo modo como o fordismo não se apresentou como forma dominante em todos os lugares, a acumulação flexível se apresenta mais intensamente em alguns locais do que em outros, contudo suas tendências e características se manifestam de modo acentuado e contribuem para plasmar um conjunto de práticas políticas, econômicas e sócio-culturais que em muitos pontos se contrapõe à sociabilidade proposta pelo fordismo. Um exemplo disto é que o pleno emprego e o Estado Providência desaparecem da agenda social dos governos, para serem substituídos pelo incentivo à atuação individual (empreendedorismo) e pelo Estado gestor. Salienta que o fordismo não foi implementado da noite para o dia, sua assimilação como regime de acumulação se deu de forma gradual e se potencializou sob as condições específicas do pós-Segunda Guerra Mundial. A crise do sistema capitalista nos anos 70 põe a termo o tripé que sustentava a regulamentação fordista (capital, Estado e trabalhadores). O Estado já não tem como financiar os bens coletivos associados ao Estado Providência e as organizações buscam superar a crise financeira e o acirramento da competitividade intercapitalista através de um processo de reestruturação produtiva que tem como um de seus subprodutos o desemprego. Em seu exame sobre as mudanças que vem ocorrendo nas sociedades capitalistas contemporâneas, Kumar (1997) destaca que “os diferentes modos de ‘controle’ e acumulação não se substituíram uns aos outros, mas coincidiram em parte. O fordismo tradicional coexiste com o fordismo pós- ou neo- e a produção em massa, concomitantemente com a produção flexível” (KUMAR, 1997, p. 176).

seja afetada. Isto tem como consequência, entre outros fatores, a intensificação do trabalho, a redução da remuneração média do trabalhador, o desemprego estrutural e a formação de um contingente de trabalhadores que não consegue ser absorvido pelo mercado de trabalho. Estes trabalhadores tornam-se *supérfluos* para a dinâmica produtiva.

De acordo com Robert Castel (1998, p. 33), estes atores sociais configuram o que no passado se denominou de *inúteis para o trabalho*, só que agora são “pessoas e grupos que se tornaram supranumerários diante da atualização das competências econômicas e sociais”. O perverso é que estes supranumerários “nem sequer são explorados, pois, para isso, é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais”.

A análise de István Mészáros (2002) se alinha com a de Castel, mas destaca que o desemprego estrutural é uma das quatro² grandes contradições do capitalismo global e de difícil resolução, posto que é na subordinação do trabalho ao capital que se assenta a lógica do sistema capitalista. A seu ver o capital teria chegado ao seu limite de saturação, dado que a crise não mais se apresenta de forma intermitente e permeada por um período de crescimento, e se antes era possível contemplar uma parcela da população, hoje uma das características do sistema é a desigualdade e a miséria que esta perpetua mesmo no seio dos países centrais, onde a questão desemprego não consegue ser sanada, já que para manter

² As outras contradições são a questão ambiental e a fome, a liberação feminina e o “antagonismo estrutural inconciliável entre o capital global (...) e os Estados Nacionais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 222). Para Mészáros a liberação feminina é não-integrável ao capitalismo porque ela traz em seu cerne a questão da igualdade, incompatível com a estrutura vertical, concentrada e centralizadora do capitalismo, estrutura esta que se estende até seus microcosmos como, por exemplo, a organização familiar e a identificação dos indivíduos entre si. Se pensarmos as outras três contradições a partir da ótica da igualdade dificilmente encontraremos uma solução para elas no sistema do capital, já que a única possibilidade de igualdade vislumbrada pelo capital é a contratual (jurídica). E mesmo a participação igualitária no processo eleitoral volta a ser questionada. “Lee Kuan Yew, velho estadista de Cingapura, está em campanha para alterar o princípio de uma pessoa, um voto, e dar aos pais de família maior peso nas eleições. De acordo com o plano do ex-primeiro-ministro, pessoas casadas e com filhos entre 35 e 60 anos teriam um voto adicional. Segundo ele, a proposta visa dar mais peso nas eleições àqueles com responsabilidades maiores. ... Na sua opinião, esta mudança radical seria necessária dentro de 15 ou 20 anos, porque a população de Cingapura está envelhecendo e um enorme exército de idosos poderia ser tentado a pressionar por *seguro social*. Em 2030, um quarto da população deverá ter mais de 60 anos de idade, comparado com uma proporção de 10% hoje em dia. Agora, oito trabalhadores sustentam um idoso, e naquela época esta relação terá chegado a 2,2:1” (Ibid., p. 275, nota 62).

sua taxa de lucro o capital cria as condições para o uso decrescente da força de trabalho e reduz os salários. Desse modo, por conta do desemprego, uma parcela significativa dos trabalhadores é transformada em *força de trabalho supérflua*³. A contradição é que o capital depende do consumo dos trabalhadores para sua reprodução ampliada.

Assim, ao alvorecer do século XXI, as sociedades se vêem a volta com questões sociais que marcaram a conjuntura do início do século XX e que pareciam equacionadas. O ideário de progresso tão caro a modernidade parece chegar a sua plenitude técnico-científica sem que a totalidade das sociedades tenha sido por ele beneficiada. A fome e a desnutrição ainda fazem parte da realidade de muitos países e mesmo algumas nações ricas convivem com “sopões” para os necessitados, já que aqueles que não contam com redes próprias de apoio e proteção são lançados ao desamparo de sua condição social quando enfrentam o desemprego de longa duração ou a vinculação a um emprego precário. O pleno emprego, que foi considerado por muitos um movimento em direção à integração dos trabalhadores ao capital, é visto hoje mais como um parêntese na história do desenvolvimento do capitalismo do que uma realidade possível de ser retomada⁴.

³ O exército de reserva de outrora se transforma em *força de trabalho supérflua* em virtude de sua utilização decrescente. No entanto, ao mesmo tempo que esta *força de trabalho supérflua* serve aos interesses do sistema enquanto reprodutora do capital, ela traz em si uma contradição explosiva, que é o desemprego crônico. A esta contradição Mészáros relaciona o interesse do capital pelo controle do crescimento populacional e com a taxa de natalidade. Ao seu ver este controle ajuda a conter o percentual numérico de desempregados em um nível que não comprometa a estabilidade social, já que o desemprego não causa perturbações somente para o indivíduo isolado; seus efeitos se espraiam para todo o conjunto da sociedade, na forma de violência e criminalidade, e de mobilização social contrária aos interesses políticos e econômicos dominantes. O controle de natalidade é a única forma do capital conter a “multiplicação da ‘força de trabalho supérflua’ da sociedade”, dado que “qualquer alternativa metabólica viável à ordem estabelecida exige a harmonização das necessidades humanas com recursos materiais e humanos conscientemente geridos. Isto implica a adoção de medidas adequadas também no plano do crescimento da população, possibilitadas por transformações radicais da estrutura geral e das microestruturas da reprodução sociometabólica. Sem essas mudanças estruturais fundamentais, qualquer conversa sobre chegar-se ao ‘equilíbrio global em que população e capital serão essencialmente estáveis’ será apenas um sonho” (MÉSZÁROS, 2002, p. 318).

⁴ Para Mészáros (2002) o pleno emprego, tanto no ocidente, quanto na União Soviética, só existiu durante um curto período de tempo: na reconstrução do pós-guerra, dado a dissociação dinâmica da estrutura do sistema capitalista. Mas nem neste momento conseguiu-se empregar a todos. Sustenta, ainda, que não há como retomar o *keynesianismo*, porque esta teoria serviu a um estágio específico de expansão do capital (o do pós-guerra) que já se esgotou. Como o *keynesianismo* “(...) opera no âmbito dos parâmetros institucionais do capital, não pode evitar de ser conjuntural, independente de as circunstâncias vigentes favorecerem uma conjuntura de curto ou de longo prazo. O *keynesianismo*, mesmo na sua variedade ‘keynesiana de esquerda’, está necessariamente

A especificidade do cenário atual parece residir na falta de alternativas à ideologia neoliberal. A derrota do socialismo real afetou o equilíbrio mundial, posto que sem uma alternativa socioeconômica, o capitalismo se afirma, sem mediação, em sociedades que ainda não alcançaram um ponto de equilíbrio interno entre o social e o econômico.

De acordo com Hobsbawm (1993) as conquistas alcançadas pelos trabalhadores nas democracias ocidentais foram fruto do medo da alternativa posta pelo socialismo real e não do reconhecimento pelo sistema capitalista da necessidade de contemplar carências humanas. Sob esta ótica, mesmo com seus problemas o socialismo real representava a possibilidade concreta de outro modelo societário. Sem esta mediação não há barreiras, a não ser aquelas construídas pela mediação política, para a plena expansão do capitalismo⁵. Um exemplo disso é a rapidez com que direitos sociais e trabalhistas estão sendo revistos pela lógica neoliberal.

2.2

A Solução neoliberal

O neoliberalismo debita a crise do capital à incapacidade do Estado em gerir com eficiência o fundo público e aos gastos excessivos que este despendia com a manutenção de políticas sociais. O equilíbrio financeiro do Estado só poderia ser alcançado pela redução de sua presença na economia e pela diminuição dos

contido na lógica de *parada e avanço* do capital, e dela sofre restrições. Mesmo em seu apogeu, o keynesianismo representa apenas a fase de avanço de um ciclo de expansão que, mais cedo ou mais tarde, sempre pode ser interrompida por uma fase de parada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 25-26).

⁵ Expansão esta que ameaça a própria sobrevivência do planeta, aprofunda o abismo entre ricos e pobres, assim como o individualismo, o que pode levar a um grau de erosão nas relações sociais próximo ao da desumanização. A vitalidade de pensar uma sociedade socialista se centra na possibilidade de se pensar em uma alternativa para um modelo social que degrada tanto o meio ambiente, quanto o próprio homem. “O Banco Mundial calculou que de 1980 a 1987, no mundo inteiro, ocorreram pouco mais de 400 privatizações e que metade delas se realizou em cinco países: Brasil, a Grã-Bretanha de Thatcher, Chile, Itália e Espanha. Se somarmos todas as privatizações nas três maiores economias, os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha, somam o grande total de 14 casos. Em suma, as economias capitalistas que emergiram da Segunda Guerra Mundial e que experimentaram o maior surto de crescimento econômico da história não eram economias de mercado puro, mas economias de mercado mistas com substancial setor público e considerável planejamento público. Isto não as transformou em economias *socialistas*, mas tornou mais difícil dizer exatamente o que eram economias socialistas e como diferiam estruturalmente das economias não-socialistas” (HOBSBAWM, 1993, p. 263).

recursos destinados às políticas de cunho distributivo. Nesse sentido a solução da crise passa, entre outros fatores, pelo ajuste fiscal do Estado, pela redução de sua presença na economia (privatizações) e pela diminuição das políticas distributivas.

A eleição de governos conservadores, como foi o caso de Margaret Thatcher (1979-1990) na Inglaterra e de Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos, abriu espaço, no plano político, para que o pensamento neoliberal se configurasse em ação e desse início a um conjunto de medidas que visava à reconfiguração do Estado e a aumentar a autonomia do mercado. No caso brasileiro o discurso ideológico que permeia a adoção deste tipo de política é o do pensamento único, isto é, a única forma do Estado brasileiro se inserir no processo de globalização seria a partir da adequação de sua economia à dinâmica do mercado global. Os críticos desta análise salientam que ao entender a crise como fiscal e não estrutural, aprofunda-se a crise e não se resolve o problema.

A redução da participação do Estado na assistência e na previdência social e as alterações introduzidas na legislação trabalhista não tiveram como contrapartida a melhoria da condição de vida da maioria da população, pelo contrário, parece que estamos vivenciando um retrocesso em termos sociais, o qual tem como tônica a acentuação da concentração e da polarização. Um espelho desse retrocesso é o declínio da participação de parte das camadas médias na repartição da riqueza socialmente produzida⁶, por conta do desemprego e do desmonte progressivo dos mecanismos de proteção e seguridade social.

⁶ Jeremy Rifkin (1995) usa a expressão classe média decadente para retratar os efeitos do desemprego e das perdas salariais nas camadas médias americanas; e destaca que são os profissionais com nível universitário que estão enfrentando maiores dificuldades para se colocarem no mercado de trabalho, já que as posições que tradicionalmente ocupavam – chefia e média gerência – foram extintas pela reengenharia. Sua análise é que em comparação com o padrão fordista, muitos dos trabalhadores da Era do Conhecimento estão trabalhando mais e ganhando menos. Estudos oficiais dos anos 90 indicam que “a porcentagem de americanos trabalhando em período integral, mas ganhando menos do que um salário de nível de pobreza para uma família de quatro pessoas – aproximadamente US\$ 13 mil por ano – aumentou 50% entre 1979 e 1992” (RIFKIN, 1995, p. 185). E as mulheres ganham menos que os homens, já que a maioria das ocupações de tempo parcial são ocupadas por elas. De acordo com Ricardo Antunes (2002) a divisão social do trabalho reproduz a hierarquização e a verticalização do sistema capitalista, desse modo “quando não são as mulheres são os negros, e quando não são os negros são imigrantes, e quando não são os imigrantes são as crianças, ou todos eles juntos!” (ANTUNES, 2002, p. 202). Mas, isto não inibe a participação feminina no mundo do trabalho. Na Inglaterra o percentual de mulheres no mercado de trabalho já superou o dos homens e em outros países europeus este percentual oscila entre 40 e 50% da força de trabalho.

É importante destacar que o desemprego não é a única consequência da reestruturação produtiva para quem vive do trabalho. A ampliação da participação feminina no mercado de trabalho e a adoção de inovações organizacionais e técnicas abrem espaço para que se inaugurem novas formas de emprego (empregos *part-time*, empregos terceirizados, trabalho por tempo determinado etc.) e de intensificação do trabalho. Esta nova tipologia do emprego por si só não remete à precarização das condições de trabalho⁷, contudo ela contribui para a liberação de mão-de-obra e para que a noção de pleno emprego, que esteve por muito tempo associada ao fordismo, seja revista, pois viabiliza que, em uma mesma empresa, convivam trabalhadores com contratos de trabalho diferenciados (os quais remetem a realidades diversas de proteção social).

O perfil do assalariamento também se modifica; há uma expansão do número de trabalhadores assalariados, só que vinculados a postos de trabalho com baixa remuneração e com estabilidade precária, formando o que Antunes (2002) denomina de *novo proletariado*⁸. Além disso, o número de trabalhadores efetivamente ligados à produção diminui, mas isto não altera a produtividade das empresas, pelo contrário, ela aumenta. Produz-se mais, com menos trabalhadores⁹.

Vale ressaltar que a reorganização do trabalho não se instala de modo abrupto ou imediato, mas de maneira gradual e subordinada à racionalidade

⁷ No caso do Brasil a precarização se expressa com mais evidência no trabalho informal.

⁸De acordo com Ricardo Antunes (2002) o crescimento do assalariamento está relacionado ao aumento “em escala explosiva (...) [do] número de trabalhadores, homens e mulheres, em regime de tempo parcial, em trabalhos assalariados temporários. Essa é a forte manifestação desse novo segmento que compõe a classe trabalhadora hoje, ou a expressão desse *novo proletariado*” (ANTUNES, 2002, p. 202). Este novo proletariado engloba, também, os trabalhadores do setor de serviços, que vivenciam as mesmas condições de contenção salarial e intensificação do trabalho dos demais trabalhadores. A entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho não representou ganhos significativos para elas. Os estudos apontam uma reconfiguração da divisão sexual do trabalho, onde caberia às mulheres os postos de trabalho vinculados a tarefas manuais e repetitivas. Para Helena Hirata (1998, p. 5) o novo padrão produtivo privilegia aptidões essencialmente masculinas o que limita o campo de inserção das mulheres no mercado de trabalho e cria “formas atípicas de empregos para as mulheres” [formes d’emplois atypiques pour les femmes].

⁹ “O ABC paulista tinha cerca de 240 mil operários metalúrgicos em 80, hoje tem pouco mais de 110, 120 mil. No mesmo período, Campinas tinha 70 mil metalúrgicos, hoje tem 37 mil operários estáveis. (...) No passado uma fábrica, como a Volkswagen, dizia que era importante porque tinha mais de 40 mil operários. Hoje tem menos de 20 mil, produzindo, entretanto, muito mais. Isso quer dizer que hoje é sinônimo de ‘proeza e vitalidade’ do capital citar uma fábrica que produz muito com cada vez menos operários” (ANTUNES, 2002, p. 201).

econômica. Muitas vezes os países periféricos são utilizados como laboratório na implementação de inovações na organização do trabalho e da produção.¹⁰

Para Mészáros a própria racionalidade econômica, mais cedo ou mais tarde, levará para os países centrais o mesmo padrão salarial adotado pelas organizações transnacionais nos países periféricos. Ele não acredita na possibilidade de que se estabeleçam mecanismos de proteção regional da força de trabalho em virtude da própria conjuntura de crise do capital. Ao seu ver há uma *tendência à equalização da taxa diferencial de exploração*, isto é, o próprio capital se encarregará de diminuir, se não acabar, com a disparidade salarial que separa os trabalhadores do centro dos da periferia do capital, pois “(...) sugerir que essas contradições, com todas as ramificações ‘metropolitanas’ e globais, possam ser resolvidas ou aliviadas por alguma forma de ‘protecionismo regional’ desafia a racionalidade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 340).

Esta análise é de certa forma corroborada pelo o ex-primeiro ministro de Cingapura, Lee Kuan Yew (2005, p. 22), que afirma que não há mais como manter para os trabalhadores alemães os padrões do Estado Providência. Os trabalhadores devem compreender que tal como as empresas, eles também estão competindo mundialmente e que há um acirramento na competitividade no mercado de trabalho global com a entrada de mais de dois bilhões de trabalhadores: “um bilhão de pessoas na China, um bilhão na Índia, e aproximadamente meio bilhão no leste da Europa (...)”¹¹. Para o estadista é inevitável que as condições de trabalho asiáticas – baixos salários, longas horas de trabalho e poucos dias de férias – se estendam para o ocidente apesar da resistência dos trabalhadores. Um exemplo disto são as sucessivas tentativas do governo alemão de flexibilizar a legislação trabalhista.

¹⁰“Assim, se poderia dizer que o modelo de emprego que se desenvolve hoje na Europa tem uma inspiração ou um ‘terreno de experimentação’ nos países do Sul, particularmente o modelo de trabalho que prefigura, hoje, a força de trabalho feminina (...)” (HIRATA, 1998, p. 2); “Ainsi, on pourrait dire que le modèle d’emploi qui se développe aujourd’hui en Europe a eu une inspiration ou un ‘terain d’expérimentation’ dans les pays du Sud, notamment le modèle de travail qui préfigure aujourd’hui le salariat féminin dans la crise” (HIRATA, 1998, p. 2).

¹¹ “One billion people in China, one billion in India, and over half a billion in eastern Europe” (YEW, 2005, p. 22).

Mas se um padrão salarial de Terceiro Mundo ainda não faz parte da agenda dos trabalhadores dos países centrais, o espectro do desemprego faz¹². E ao se perceberem protagonistas de uma história de desemprego antes atribuída aos trabalhadores de países subdesenvolvidos ou a indivíduos não qualificados, “as pessoas são submetidas à experiência absolutamente desorientadora da inversão da ordem do fluxo histórico, como se tivessem de viver a realidade como um filme que fosse projetado do fim para o começo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 341). O prognóstico de Marx (1984) se atualiza ao revelar que a intensificação do trabalho e o desemprego são próprios da dinâmica de acumulação capitalista. O desemprego serve como um lembrete aos trabalhadores do seu destino caso não concordem com as condições de trabalho a que estejam submetidos. Sendo assim,

A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1984, p. 203).

Sob a lógica atual, o desemprego assume, ainda, uma segunda função: a de instrumento de negociação entre as organizações transnacionais e os Estados. Estas organizações se utilizam do fantasma do desemprego para negociar benefícios fiscais com os governos onde estão instaladas; do contrário, ameaçam

¹² Se em um primeiro momento a globalização trouxe vantagens para os trabalhadores alemães em função da posição de destaque e competitividade das empresas alemães no mercado internacional e no interior da União Européia, este quadro começa a se reverter quando países como a China começam a disputar o mercado de alta tecnologia. Buscando diminuir seus custos, as empresas alemães se organizam de forma a operar no leste europeu, que conta com uma população educada e disposta a receber 20% ou menos do valor pago aos trabalhadores alemães. “Enquanto um trabalhador qualificado custa em média 27 euros por hora na Alemanha Ocidental, a média na Polônia, na República Tcheca, e Hungria é entre 3 e 6 euros, 2 euros na Romênia, e somente 1 euro na Ucrânia” (BÖHRINGER, 2005, p. 46). Mas não é só a transferência de postos de trabalhos para países do leste europeu que assombra os trabalhadores alemães. Internamente os imigrantes, especialmente poloneses, estão ocupando vagas antes preenchidas por alemães. São posições que não exigem qualificação e que são ocupadas por uma remuneração inferior àquela pleiteada pelos trabalhadores alemães. A desculpa é que ao despenderem menos com mão-de-obra, os empregadores podem proporcionar serviços e produtos a preços mais acessíveis a seus consumidores. Este cenário pressiona os trabalhadores alemães a concordarem a receber menos e a trabalharem mais, sem que isto signifique maior estabilidade. “Nas fábricas de telefones celulares da Siemens localizadas [na Alemanha Ocidental] (...), por exemplo, a administração pressionou para a reintrodução de 40 horas de trabalho semanais sem pagamento adicional. Mas isto não evitou que a Siemens transferisse a sua divisão de telefones celulares para BenQ, em Taiwan, poucos meses após o acordo. No início (...) [de 2006], DaimlerChrysler oferecerá aos novos empregados salários 8% mais baixos. A VW [Volkswagen] de Hanover prometeu cortar 30% do custo com pessoal nos próximos 5 anos” (BÖHRINGER, 2005, p. 47).

se transferir para outro local que lhes ofereça maior vantagem comparativa¹³. Contudo, diversamente destas organizações, a maioria dos indivíduos não tem a mobilidade física como recurso para a superação do desemprego ou de uma condição de vida adversa. Como a reorganização do trabalho se dá em escala mundial, os países centrais revêem sua legislação de forma a dificultar a imigração e a “proteger” a força de trabalho nativa¹⁴.

O desemprego estrutural altera a própria percepção social do desemprego. Se antes o desemprego era visto como um estigma, como uma recusa do indivíduo a se enquadrar socialmente, hoje ele deixou de ser exceção e assume contornos de regra, pois muitos indivíduos alternam situações de desemprego prolongado com emprego precário. O sistema absorveu o desemprego em sua dinâmica não como uma situação a ser superada, mas como uma das faces do capitalismo hodierno. Mas como se deu esta absorção? Como se dá a aceitação social do desemprego estrutural? Pela apresentação do desemprego como consequência da qualificação

¹³ “No início de março [1994] a Nissan pediu ao governo espanhol e à autoridade regional de Madri e de Castilla y Leon subsídios de 4,6 bilhões de pesetas para ajudar a manter abertas duas de cinco fábricas na Espanha. (...) A Suzuki exige 38 bilhões de pesetas do governo espanhol para manter aberta a fábrica de Santana em Linares, Andaluzia. Mesmo se receber o dinheiro, a Suzuki vai demitir mais da metade dos 2.400 empregados da Santana. [As empresas japonesas alegam que] (...) os custos trabalhistas na República Tcheca são inferiores à metade [dos custos] dos espanhóis” (*The Economist*, 26/03/1994 *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 328).

¹⁴ Assim, *pari passu* com a crise, os atores sociais vêm se agigantar as dificuldades para realização de suas expectativas de participação na riqueza gerada dado o desemprego estrutural, a precarização do emprego e as barreiras postas pelos países centrais à imigração. Estes países sofisticam seus formulários de imigração de forma a selecionar candidatos com formação educacional e profissional sólidas, em áreas de seu interesse. Este tipo de candidato recebe um tratamento diferenciado daqueles que não possuem *capital intelectual*. O fluxo de indivíduos com *capital intelectual* dos países periféricos para os países centrais tem sido denominado de *fuga de cérebros* pela imprensa e o montante de profissionais qualificados que imigram para os países centrais chega a quase 400 mil. Mas as restrições e barreiras erguidas contra a imigração indesejada não arrefece a disposição daqueles que vêm na imigração um meio de mobilidade social ascendente. O estudo *Em busca de um acordo justo para os trabalhadores migrantes na economia global* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), calcado em dados de 2000, mostra que a migração tem aumentado consideravelmente no mundo e que hoje os migrantes somam 175 milhões, dos quais entre 10% e 15% em situação ilegal. Se este contingente fosse reunido “sob uma única bandeira, formariam o quinto país mais populoso do planeta” (MIGRANTES, 2004, p. A20). A maioria dos imigrantes consegue empregos não qualificados, muitas vezes associados a condições de trabalho precárias, onde se notam abusos e exploração. Contraditoriamente, esta mão-de-obra, mesmo ilegal, é funcional ao capital, já que os imigrantes, muitas vezes, ocupam postos de trabalho que não atraem os trabalhadores nativos e/ou aceitam receber uma remuneração inferior. Os fluxos migratórios também se intensificam entre os países semi-periféricos. Em busca de melhores condições de vida, muitos imigrantes acabam reproduzindo nestes países as mesmas agruras pelas quais passam trabalhadores migrantes nos países ricos.

inadequada dos trabalhadores. O problema central dos trabalhadores não seria o desemprego, mas o fato de suas qualificações profissionais não serem mais funcionais à dinâmica produtiva.

Na visão de Mészáros, ao deslocar o problema do desemprego para a questão da qualificação profissional o sistema não só transfere para o indivíduo a responsabilidade por seu desemprego, como também promove uma inversão na ideologia de meritocracia da sociedade capitalista: a meritocracia pelo trabalho cede lugar à meritocracia pela educação. Sua tese é de que a imposição da divisão social do trabalho não acontece de forma isolada, a ela está associada uma ideologia que a justifica e cristaliza para o conjunto da sociedade: a ideologia da meritocracia do trabalho. Igualdade e liberdade são conceitos utilizados livremente nesta ideologia, já que durante muito tempo a sociedade capitalista associou a disposição do indivíduo para o trabalho com sua propensão para a superação de sua desigualdade material¹⁵. Cabia ao indivíduo articular sua liberdade para encontrar um trabalho e superar a desigualdade, se por ventura houvesse, de sua condição material. Contudo, como o atual estágio do capitalismo não tem como absorver a totalidade dos trabalhadores, a educação passa a ser o caminho a ser trilhado para que se possa ter expectativa de integração e de mobilidade social ascendente.

Reside, aí, a inversão ideológica, pois se antes o vínculo do indivíduo a um trabalho era tido como expressão de seu mérito, hoje o valor do indivíduo é medido por sua disposição em se educar. Só que diversamente do trabalho, a educação não tem como assegurar os benefícios associados a uma ocupação remunerada. A educação é um “investimento” incerto e de longo prazo, que por si só não garante uma posição no mercado de trabalho. Para dar conta desta contradição, mais uma vez o conceito de liberdade individual é resignificado: a

¹⁵“É também forçoso que ela [divisão social hierárquica do trabalho] seja apresentada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida. Para esta finalidade, as duas categorias claramente diferentes da ‘divisão do trabalho’ devem ser *fundidas*, de modo que possam caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação como inalterável ditame da ‘*própria natureza*’, pelo qual a desigualdade estruturalmente reforçada seja conciliada com a mitologia de ‘igualdade e liberdade’- ‘livre opção econômica’ e livre escolha política’ segundo a terminologia de *The Economist*”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

possibilidade de inserção do indivíduo vai depender de sua capacidade de realizar as escolhas certas para seu aprimoramento individual e/ou de sua família. Logo, não basta priorizar a educação, é necessário que o indivíduo articule sua liberdade de escolha com a demanda do mercado de trabalho; só assim sua expectativa de inserção ou mesmo de manutenção de seu *status quo* tem chances de se realizar.

Para compreender que sentidos a liberdade de escolha assume no cenário contemporâneo é necessário entender os pressupostos da crítica neoliberal ao Estado Providência, assim como os significados que os conceitos liberdade e igualdade assumem na tradição liberal.

2.3

Liberdade x Igualdade na tradição liberal

O Estado Providência pode ser apontado como um momento de equilíbrio entre liberalismo e democracia. Entretanto, o tipo de regulação que pressupõe confronto com a concepção liberal de Estado e tem em Friedrich Hayek um de seus críticos mais contundentes. Para o ganhador do Prêmio Nobel de Economia (1974) a associação do liberalismo com a democracia gerou uma distorção do liberalismo, o *democratismo*, o qual, ao “exigir poder *ilimitado* para a maioria, tornou-se essencialmente antiliberal” (HAYEK, 1999, p. 48).

A tensão entre liberalismo e democracia ocorre em função dos diferentes tipos humanos que representam, enquanto a democracia tem seu foco no coletivo, no alcance de objetivos comuns, o liberalismo tem o seu na defesa dos interesses individuais e na liberdade de persegui-los. Em função dessa diferença, a associação entre liberalismo e democracia não se deu de forma pacífica mas permeada de lutas sociais, em que diversos grupos sociais (mulheres, negros, pobres, analfabetos etc.) buscaram ampliar sua participação no processo democrático e de alguma forma socializar a economia.

Uma sociedade livre (liberal) não tem um propósito coletivo a perseguir, nela cada indivíduo é livre para a partir da análise racional, considerando a relação custo x benefício, escolher a melhor forma para auferir êxito em seus objetivos, não estando sujeito a regras impostas pelo Estado, a não ser que suas ações

conflitem com o ordenamento jurídico vigente. O papel do Estado é garantir as condições ideais para que os indivíduos persigam seus interesses. Esta garantia é dada pelo estado de direito¹⁶, que ao assegurar o cumprimento das leis, assevera a igualdade legal dos indivíduos, atesta a validade dos contratos e protege a propriedade privada.

Ao buscar seus interesses uma pessoa não pode prever, *a priori*, qual será o resultado de sua empreitada, logo não haveria “um responsável pelo fato de que certas pessoas consigam certas coisas” (HAYEK, 1999, p. 56) e outras não. De mais a mais, pensar em justiça social pressupõe: (a) que existam objetivos comuns, o que não é o caso da sociedade livre e (b) que os indivíduos sejam iguais, o que não é verdade. Como tratar como iguais indivíduos que são diferentes e têm interesses distintos? Impossível.

Em vez de ceder a pressões de cunho igualitário, o Estado deve criar condições para que qualquer pessoa consiga “sua participação na renda total” (HAYEK, 1999, p. 59). Para que isto ocorra o indivíduo deve estar disposto a competir no mercado, cortando custos de produção ou serviços, ampliando sua vantagem comparativa, estudando etc. Contudo, se mesmo assim não obtiver êxito, não pode culpar a ninguém ou presumir que o Estado deva garantir sua sobrevivência no padrão socioeconômico a que estava acostumado.

Hayek compara o mercado a um jogo de azar e afirma que “todos, ricos ou pobres, devem sua renda ao resultado de um jogo misto de habilidade e sorte, cujo resultado agregado e cujas parcelas são altas justamente porque concordamos em jogar esse jogo” (HAYEK, 1999, p. 60), sendo assim, em caso de perda deve-se aceitar o ocorrido sem tentar mudar as regras do jogo.

Mas o que leva os atores sociais a aceitarem as regras do jogo neoliberal em um momento em que elas se mostram extremamente desfavoráveis para quem

¹⁶ Segundo Bobbio (1989) o Estado de Direito pode assumir 3 expressões: (1) o Estado de direito profundo é aquele em que a constituição é respeitada e existem elementos que dificultam o uso arbitrário do poder, como um parlamento autônomo e atuante; controle constitucional das normas legais; autonomia dos governos locais em relação ao poder central e um poder judiciário independente; (2) o Estado de direito débil, o qual não é despótico porque é gerido por leis e não por homens e (3) o Estado de direito debilíssimo, aquele onde a tese de Kelsen impera. Esta tese entende que todo Estado resultante de um ordenamento jurídico é um Estado de direito.

vive do trabalho? Segundo Dejours (2000), a aceitação dessas regras ou a banalização da injustiça social, como ele define, é tecida no interior de um discurso que falsifica a realidade e apresenta a racionalidade neoliberal como a única possível. Desse modo, apesar da maioria da população francesa ter o medo em relação ao futuro em seu horizonte não há indícios de protestos ou mesmo de comoção social frente a crescente consolidação de relações de trabalho adversas e/ou pela revogação de direitos trabalhistas e sociais por parte de diferentes governos, inclusive os de esquerda¹⁷.

¹⁷Dois eventos ocorridos na França nos últimos anos e protagonizados por jovens podem ser lidos como indicativos de revolta, mesmo que esvaziados de uma orientação política mais ampla: os motins nos subúrbios pobres no outono de 2005 e as manifestações dos estudantes em prol da revogação da Lei do Primeiro Emprego (CPE) em 2006. No primeiro caso uma série de motins ocorridos nos *banlieues* franceses ganhou destaque na mídia e chamou a atenção mundial para a existência de jovens franceses marginalizados tanto por sua origem étnica quanto por sua condição socioeconômica. Para o sociólogo francês Gerard Maugner os motins ocorridos na França foram protopolíticos, isto é, não ocorreram em função de um projeto político determinado, ou mesmo sob a coordenação de um líder ou de lideranças, mas em virtude da marginalização social destes jovens e da explicitação desta pelo então ministro do interior e depois presidente (2007-), Nicolas Sarkozy. Ao denominar de escória aqueles que se insurgiram contra a morte de dois jovens que se escondiam da polícia, Sarkozy enfatizou a visão que a sociedade francesa tem destes jovens: perdedores, que não conseguem se enquadrar na dinâmica social. Os motins explicitaram o fracasso das políticas econômica, social e urbana levadas a cabo nos últimos vinte e cinco anos. Restritos a guetos (políticas urbanas) e sem perspectivas de mobilidade social (políticas sociais e econômicas), os moradores dos *banlieus* mais do que se estruturarem em torno de sua condição social, parecem solidificar seus laços de identidade a partir da forma como a sociedade francesa os vê: árabes, negros, muçulmanos, pobres etc., ou seja, como não franceses. Nesse sentido apesar de ser protopolítica, a revolta destes grupos sociais encontra-se em construção, pois “o motim tem suas raízes em uma condição social compartilhada e que é suscetível de fundar uma causa. À causa genérica das classes dominadas (econômica, cultural e simbolicamente) se sobrepõe a revolta específica de uma população vítima de discriminações, segregações e estigmatizações de caráter racista” (MAUGNER, p. A30). O segundo evento ocorreu em 2006, quando parte da sociedade francesa, principalmente as organizações estudantis, se mobilizou contra a aprovação da Lei do Primeiro Emprego (CPE), apresentada e defendida pelo primeiro-ministro francês, Dominique de Villepin. De acordo com Ignacio Ramonet a justificativa de De Villepin para a urgência na aprovação da lei era de que esta responderia a uma demanda da sociedade francesa, expressa durante os motins de outono de 2005. A flexibilização permitida pelo CPE – dispensa sem justa causa e sem direito a indenização nos dois primeiros anos de emprego, para jovens com até 26 anos – seria o instrumento necessário para oxigenar o mercado de trabalho francês. Contudo, tal justificativa não encontrou eco entre universitários e secundaristas que se organizaram para protestar contra a aprovação da lei, arregimentando o apoio dos sindicatos. A mobilização popular contra o CPE se deu poucos meses após a entrada em vigor do contrato para novos empregados – CNE (novembro de 2005) que também prevê a dispensa sem justa causa e a ausência de indenização trabalhista nos dois primeiros anos do contrato do trabalho. O CNE é destinado a estabelecimentos que remuneram seus empregados com menos de 20 salários, o que representa dois terços do mercado de trabalho francês. Mas se a flexibilização do contrato de trabalho não se consubstancia em uma novidade para os franceses, como explicar a mobilização popular contra o CPE? Para Ramonet os cidadãos franceses se conscientizaram de que o CPE viria a consolidar o movimento de ruptura com o contrato de trabalho já iniciado com a sanção da lei dos aposentados em julho de 2003 e do CNE, sua aprovação significaria “sacrificar (...) [o código do trabalho] no altar da flexibilização e favorecer à precarização definitiva do emprego”. “sacrifier (...) sur l’autel de la flexibilité et favoriser la précarisation définitive de l’emploi”

Dejours (2000) entende as relações de trabalho como relações sociais que aprofundam experiências e sedimentam comportamentos. Sob esta ótica, as relações de trabalho contemporâneas funcionam como laboratórios onde a desigualdade, a injustiça e o individualismo são vivenciados cotidianamente e incorporados à dinâmica social como naturais. A perspectiva de manutenção do emprego, reinserção no mercado de trabalho ou mesmo de conseguir um trabalho melhor faz com que os atores sociais se voltem para suas trajetórias individuais dando as costas à articulação coletiva e renunciando a qualquer mobilização contra a desigualdade social e as diferenciações que a nova divisão social do trabalho parece promover. Silenciosamente referendam um modelo econômico e uma divisão social do trabalho que parecem levar ao extremo a concepção de liberdade de escolha, igualdade civil e individualismo do liberalismo.

Não há um questionamento das relações de desigualdade que se constroem e são construídas nas relações de trabalho, muito menos dos opostos que são produzidas por elas. O interessante é que, se antes tínhamos como principais contrários o par empregado x desempregado, hoje este núcleo se expande para novas relações de inclusão e exclusão, que não são fixas, mas variam de acordo com a dinâmica produtiva. Assim, aquele que hoje ocupa um posto de trabalho formal pode ser amanhã um desempregado, um trabalhador em tempo parcial, um autônomo, prestador de serviço etc. O mesmo pode ocorrer com o desempregado, que pode vir a ocupar uma posição de empregado, precarizado, prestador de serviços etc.

Isto ocorre em um contexto em que os alicerces das políticas de proteção social e do trabalho estão sob questionamento e aqueles que integram o elo mais frágil da estrutura social (pois dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver), antes de usufruírem dos benefícios de uma sociedade livre e individualista, se vêem presos a uma estrutura social que não os integra, na qual seu individualismo e sua liberdade os aproxima da precariedade e não da autonomia.

(RAMONET, 2006, p. 1). Entretanto, esta postura de resistência tem um custo, a França é vista hoje, pela direita, como “o homem doente da Europa” que se recusa a seguir a prescrição dos especialistas: a desregulamentação do mercado de trabalho.

É no cenário traçado supra que o quadro de referências se altera, os melhores (os mais educados) são entronizados, enquanto aos demais (excluídos não só por sua condição sócio-econômica, mas também por sua incapacidade de efetuar as escolhas educacionais adequadas) cabe a expectativa futura de inserção, pois o presente lhes apresenta o emprego precário, o desemprego, o investimento contínuo em educação, o risco de incorporação à força de trabalho supérflua etc.

Gostaríamos de destacar três questões que se articulam com a valorização da educação no cenário atual e que paradoxalmente a contradizem: (1) o desemprego estrutural e a força de trabalho supérflua, (2) a expansão do assalariamento e a precarização do emprego e (3) a identificação da educação como mercadoria (ou a individualização/objetivação do processo educacional).

No caso específico deste trabalho propomos pensar os desdobramentos das questões 1 e 3 como um contraponto para entender que modelo educacional está sendo proposto e com que tipo humano ele se articula. Partimos do pressuposto de que a acumulação flexível não só propõe uma nova divisão internacional do trabalho como reconfigura as concepções de trabalho e de educação que foram construídas ao longo da maior parte do século XX. E tal como ocorreu com o fordismo, é necessário criar um tipo humano adequado a essa socialização, disposto a amoldar não só seu tempo de trabalho, como também sua subjetividade, ao tempo da produção.

2.4

A Emergência de um novo tipo humano?

Segundo Antonio Gramsci (1991) o fordismo criou, nos Estados Unidos, uma racionalização que se expandiu para a própria organização da sociedade e que teve como uma de suas resultantes a concepção e a implementação de um tipo humano que se enquadrasse a ela. Elaborou-se toda uma série de restrições morais, sociais e sexuais de forma a plasmar o indivíduo ao tipo humano requerido pelo setor produtivo. Incentivava-se a monogamia e as relações afetivas duradouras para que o indivíduo não tivesse sua atenção desviada do mundo da

produção. Do mesmo modo, condenava-se o alcoolismo e práticas sexuais consideradas anormais como pederastia, incesto etc¹⁸.

Para Gramsci (1991, p. 396) a racionalização fordista e o proibicionismo associado a ela representam “o maior esforço coletivo realizado (...) para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem”. Ele salienta, contudo, que este movimento de adequação do trabalhador ao modo de produção não é uma novidade introduzida pelo fordismo, mas uma prática que teve início com o industrialismo, encontrando-se naquele momento em sua fase mais aguda, mas “que também [seria] (...) superada com a criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e, indubitavelmente, *superior*” (GRAMSCI, 1991, p. 397).

Sob esta ótica, a racionalização fordista invadiu a vida privada dos trabalhadores ao tentar estabelecer para eles um padrão de comportamento social e sexual, ao qual eles vão se submeter, em um primeiro momento, pelos altos salários pagos, e depois, de forma inconsciente, quando da assimilação, pela sociedade, deste padrão de comportamento como regra moral¹⁹. Entretanto, este padrão de comportamento (proibicionismo) não foi assimilado de modo uniforme e teve efeitos diversos nas diferentes camadas sociais. Os mais abonados tinham como contorná-lo em virtude de uma situação econômica privilegiada, enquanto os trabalhadores a ele tiveram que se submeter em função de sua condição material: para burlar a lei seca americana era necessário dinheiro para o contrabando, para o pleno exercício da sexualidade e da busca do prazer era necessário tempo livre, e o operário não possuía dinheiro sobrando, muito menos tempo livre.

¹⁸ Não queremos aqui defender estas práticas sexuais, mas situá-las no contexto do proibicionismo.

¹⁹ “As tentativas de Ford de intervir, com um corpo de inspetores, na vida privada dos seus dependentes e de controlar a maneira como gastavam seus salários e o seu modo de viver, são um indício destas tendências ainda ‘privadas’ ou latentes, que podem se tornar, num determinado ponto, ideologia estatal, amparando-se no puritanismo tradicional, apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros, do ‘verdadeiro’ americanismo, etc.” (GRAMSCI, 1991, p. 398).

A sociedade se complexificou, padrões morais que perduraram durante boa parte do século XX entraram em crise, ou melhor, suas contradições internas, antes restritas ou pouco discutidas, eclodiram para o conjunto da sociedade (família/divórcio, sexualidade/homossexualidade, drogas lícitas/drogas ilícitas etc.) e já não há mais como tentar impor o mesmo padrão moral que norteou o fordismo.

No entanto, se as tentativas de uniformização social são abandonadas, quer dizer, já não encontram respaldo na maioria das sociedades democráticas, isto não impede que o setor produtivo defina o tipo humano e o comportamento profissional que considera adequados ao atual estágio produtivo. Nesta tarefa ele tem como aliada a nova base técnica, microeletrônica, que contribui para uma organização do trabalho que se aproxima da individualização. Como consequência, as melhores vagas de emprego não mais remetem somente à qualificação profissional, mas a um perfil quase que individualizado. Busca-se um comportamento individual afinado com a dinâmica produtiva: responsabilidade, comprometimento com as metas da organização, disposição para a educação continuada etc.

Há um deslocamento do coletivo para o individual, tanto no que diz respeito a atitudes comportamentais, quanto no que diz respeito a regulação do trabalho. A adoção do modelo de competência permite às empresas um critério quase que personalizado, tanto para contratação e a avaliação de seus empregados quanto para a determinação de sua remuneração e ascensão funcional. A seleção para o emprego se amplia de forma a abarcar a experiência subjetiva dos indivíduos e sua disposição de investir em sua educação continuada e no aprimoramento de seu processo de trabalho. O indivíduo deve comprovar na prática sua qualificação formal e se dispor a obter certificações que atestem seu aprendizado contínuo. Entretanto, o sentido de desenvolvimento de uma carreira é retirado, no momento, da perspectiva de vida dos indivíduos e em seu lugar tenta-se enraizar uma visão de mundo que aceita o cenário de desemprego, de emprego precário e de instabilidade quanto ao futuro como natural. Cabe a cada indivíduo a responsabilidade por seu sucesso ou insucesso, qualquer tentativa de questionamento desta ordem é tida como não aceitação das regras do jogo, ou pior, é tentar transferir para outrem uma responsabilidade que é individual.

Mas qual o papel do sistema de ensino na formação do tipo humano adequado à acumulação flexível? Que sentidos a educação assume neste tipo de sociabilidade? Para o ex- diretor da Oficina Internacional de Educação da UNESCO, Juan Carlos Tedesco²⁰ (1998), estaríamos vivendo um momento singular, em que pela primeira vez na história haveria uma convergência entre as capacidades requeridas pela produção e aquelas requeridas para o exercício da cidadania e para o convívio social (solidariedade, participação, pensamento crítico, criatividade), o que faz com que o sistema de ensino assuma um papel central na formação de trabalhadores e cidadãos afinados com a demanda do setor produtivo.

O desafio que se apresenta para o campo da educação é como introduzir modificações no sistema de ensino de forma que ele cumpra o duplo papel de formar para o trabalho e para a cidadania, mas sob bases diversas daquelas que nortearam o projeto moderno de educação. Não se trata mais de privilegiar uma educação de cunho conteudista, mas sim uma formação generalista que habilite o indivíduo a moldar seu conhecimento à dinâmica produtiva e desenvolver o pensamento sistêmico.

Tedesco (1998) defende, a partir da análise de Robert Reich (1994) sobre os efeitos da globalização da economia no trabalho, que todos os indivíduos sejam educados para atuarem como analistas simbólicos, mesmo reconhecendo a incapacidade do capitalismo tardio em absorver a totalidade dos trabalhadores. Antes de discorrermos sobre a proposta de Tedesco, apresentaremos a reflexão de Reich sobre o trabalho na globalização.

Para Reich, ex-ministro do trabalho do Governo Clinton (1993-2001), o acirramento da competitividade fez com que as organizações multinacionais não só buscassem reduzir seus custos de produção, como também deslocassem seu foco da produção em massa para a oferta de produtos e serviços de alto valor agregado e de difícil reprodução. Este deslocamento promove mudanças na divisão internacional do trabalho, pois transfere a produção em larga escala para

²⁰ Juan Carlos Tedesco assumiu, em dezembro de 2007, o Ministério da Educação da Argentina (Governo Cristina Kirchner, dez. 2007 -).

os países periféricos e concentra nos países centrais as atividades celebrais²¹, as quais são responsáveis pela gestão, pesquisa e desenvolvimento, marketing etc.

As inovações organizacionais e técnicas possibilitam às organizações os recursos necessários para controlar seus ativos e monitorar a concorrência global, contudo para que esta estrutura organizacional se realize precisam contar com recursos humanos altamente qualificados, identificados com seu projeto corporativo e motivados por seus objetivos. São os analistas simbólicos, os quais devem estar preparados para responder prontamente às demandas internas (mais flexibilidade) e externas (inovação dos concorrentes, redução de preços, prazos de entrega etc.) da organização.

É neste contexto que Reich afirma que a antiga classificação das categorias funcionais já não dá conta da realidade do mercado de trabalho global, muito menos da divisão social do trabalho hodierna. Sua proposta é que se pense as categorias funcionais contemporâneas a partir de três grandes grupos: os serviços rotineiros de produção, os serviços pessoais e os serviços simbólicos analíticos. Dessas categorias só os trabalhadores que desenvolvem serviços simbólicos analíticos se articulam com o núcleo central das organizações e alcançam destaque na economia globalizada.

Os analistas simbólicos são, em geral, profissionais graduados, com pós-graduação, que não pautam sua atuação profissional pelo padrão fordista, mas pela contribuição que possam dar à empresa a que estão vinculados. Ao contrário do trabalhador fordista, a formação inicial do analista simbólico não determina sua atuação profissional, pois mais do que desempenhar uma profissão específica ele atua em um campo de conhecimento, contribuindo com seu acervo cognitivo para que a organização se mantenha competitiva. Com estes profissionais as organizações têm interesse em estabelecer uma relação de longo prazo, a qual tem como limite sua capacidade de inovar e cumprir as metas estabelecidas. Isto torna

²¹ Ao estudar o deslocamento da produção industrial para a periferia, Arrighi & Drangel (1987) destacam que no que tange a divisão do trabalho, “a zona do núcleo orgânico tende a se tornar o locus das atividades ‘celebrais’ do capital corporativo, e a zona periférica tende a se tornar o locus das atividades ‘de músculo e nervos’, enquanto que a zona semiperiférica tende a se caracterizar por uma combinação mais ou menos igual de atividades ‘celebrais’ e de ‘músculos e nervos’” (ARRIGHI & DRANGEL, 1987, p. 187).

a trajetória profissional dos analistas simbólicos errática, pois sua manutenção no mercado de trabalho depende, entre outros fatores, de sua constante adaptação às metas organizacionais. São estes profissionais que vão competir pelas posições bem remuneradas do mercado de trabalho global, as demais categorias profissionais simplesmente vão gravitar ao seu redor.

Os trabalhadores vinculados às categorias funcionais de serviços rotineiros de produção e de serviços pessoais apesar de estarem inseridos em uma economia globalizada, estão presos a tarefas repetitivas e ao trabalho supervisionado tal qual o operário fordista. Estes trabalhadores não necessitam de uma educação de novo tipo, mas sim do desenvolvimento de atitudes comportamentais adequadas ao desempenho de suas funções. Aparentemente o que os distingue do trabalhador fordista é sua remuneração, que é paga em função das tarefas realizadas e do tempo despendido para executá-las. Eles integram a *força de trabalho supérflua* pronta a entrar em ação quando e por quanto tempo for necessário.

Os trabalhadores que integram a categoria de serviços rotineiros de produção são os “peões da economia informatizada”, eles têm a seu cargo o processamento rotineiro e repetitivo de uma série de dados que não requerem uma qualificação superior, mas sim a operação de terminais de computador. Seu trabalho, tal qual o do trabalhador fordista, é prescrito e desenvolvido sob estreita supervisão. A categoria de serviços pessoais se diferencia da categoria anterior porque lida *tête-à-tête* com seus clientes. Seus integrantes trabalham, sozinhos ou em equipes reduzidas, na prestação de serviços individualizados mediante o pagamento por tarefa realizada. Estão vinculados a esta categoria tanto profissionais de nível superior, quanto profissionais sem qualificação específica. São empregados domésticos, vendedores, garçons, acompanhantes de idosos, “motoristas de táxi, secretárias, cabeleireiras, mecânicos de automóveis, corretores de imóveis, comissários de companhias aéreas, fisioterapeutas e – entre os que mais rapidamente crescem em número – guardas de segurança” (REICH, 1994, p.164).

Reich defende a reformulação do sistema de ensino americano a fim de ampliar o número de analistas simbólicos, o que ao seu ver contribui, a um só tempo, para aumentar a competitividade do país e para a formação de

trabalhadores aptos a competir globalmente. Critica o sistema de ensino americano por não conseguir acompanhar o padrão de excelência das universidades, pois muitos jovens, apesar de terem frequentado a escola, são considerados analfabetos funcionais.

A proposta educacional de Tedesco se alinha com a de Robert Reich na defesa de um sistema de ensino afinado com a dinâmica produtiva. Sustenta que é preciso repensar o sistema de ensino, assim como sua estrutura curricular, já que o desenvolvimento das capacidades requeridas pelo mercado de trabalho pressupõe estratégias pedagógicas que privilegiem a ampliação de conhecimentos (currículo generalista) e não seu estudo em profundidade. A especialização profissional precoce que caracterizou o fordismo perde espaço nos novos arranjos organizacionais, é necessário, neste momento, criar condições para que os alunos dominem disciplinas básicas que lhes permitam desenvolver o pensamento crítico, a comunicação oral e escrita e acompanhar o progresso técnico-científico.

A opção por uma pedagogia generalista e a recusa a especialização precoce não opera no vácuo, mas se articula com o desmonte do padrão remuneratório que norteou o fordismo, baseado na qualificação profissional. A lógica da competência pressupõe que cada indivíduo forje, a partir de sua trajetória escolar e profissional, uma identidade particular e a partir dela negocie sua inserção no mercado de trabalho. É como se as condições de inserção no mercado de trabalho ficassem subordinadas às biografias dos atores sociais e não ao contrato coletivo de trabalho, pois para se manterem ativos no mercado de trabalho os indivíduos devem se mostrar dispostos a adequar sua biografia, seja pela via da educação continuada, seja por mudanças comportamentais, ao processo de trabalho²². A ausência de normas que regulem as negociações coletivas fragiliza os trabalhadores e privilegia as organizações na determinação de gratificações e condições salariais.

²² Em sua análise sobre a pedagogia das competências Ramos (2002b) destaca que a organização de trabalho contemporânea retira da perspectiva dos trabalhadores uma trajetória profissional ascendente em uma mesma empresa. O que se pode construir são trajetórias profissionais transversais ou horizontais, as quais não implicam em promoção vertical na hierarquia da empresa e sim em ascensão profissional individual. Esta última espelha a capacidade do indivíduo em articular suas competências de forma que sua empregabilidade seja reconhecida pela empresa a que está vinculado ou pelo mercado de trabalho.

Diversamente de Reich, Tedesco não associa a elevação da escolaridade dos trabalhadores à melhoria do padrão salarial, mas propõe a redução da jornada de trabalho como forma de socializar os poucos postos de trabalho disponíveis. Tal proposição não leva em conta o fato de que a flexibilidade produtiva permite às organizações romperem as barreiras territoriais e deslocarem seus postos de trabalho para locais que lhes ofereçam mão-de-obra educada a baixo custo. Um executivo da Adidas, ao justificar a concentração da manufatura da empresa na Ásia, afirma que o padrão salarial e a jornada de trabalho de 35 horas semanais alemãs tornaram a produção proibitiva no país; para alterar este quadro seria necessário que os alemães se propusessem a trabalhar mais, por uma remuneração menor e com uma redução das férias anuais (BÖHRINGER, 2005). Há, ainda, quem associe, como o presidente francês Nicolas Sarkozy (2007 -), a jornada de 35 horas com uma restrição ao direito dos indivíduos interessados em trabalhar mais para elevar sua remuneração.

As possibilidades abertas à acumulação flexível fazem com que nem mesmo as profissões de nível superior escapem do movimento de proletarização dos educados. Tomemos como exemplo os *call-centers* localizados na Índia que oferecem seus serviços para países de língua inglesa a baixo custo. O que nos países centrais seria considerado um emprego temporário é visto pelos indianos como uma boa oportunidade de trabalho, atraindo trabalhadores graduados dispostos a atuar nos diversos serviços de *call-center* que funcionam 24 horas, sete dias por semana, atendendo australianos, americanos, ingleses, neozelandeses etc. sem que os consumidores percebam a origem dos atendentes. O destaque dos indianos no campo de tecnologia da informação do mesmo modo tem se traduzido em postos de trabalho com salários abaixo do que os pagos pelas organizações multinacionais em seu país de origem. Empresas alemãs como a Siemens e SAP têm planos de transferir para o país postos de trabalho vinculados a análise de sistemas. A justificativa apresentada pelas organizações é a de que, ao despenderem menos com mão-de-obra, podem proporcionar serviços e produtos a preços mais acessíveis a seus consumidores²³.

²³ Vale salientar que a redução dos custos com mão-de-obra também representa uma contradição, já que o empobrecimento da população representa um limite para o consumo de produtos e serviços de alto valor. O CEO da Porsche, Wendelin Wiedeking, afirma que o realinhamento dos

O pacto educativo sugerido por Tedesco de certa forma reafirma a ideologia que associa o desemprego à qualificação inadequada dos trabalhadores, eximindo-se de uma crítica ao sistema capitalista e à diferenciação que se instala no interior da divisão social do trabalho. Além disso, sua concepção de educação parece privilegiar mais a estabilidade social do que um processo formativo, não só pelo esvaziamento de conteúdo que propõe, mas pelo fato de que a democratização do acesso à educação básica tem como pressuposto a convicção de que o “acesso universal à compreensão de fenômenos complexos constitui a condição necessária para evitar a ruptura da coesão social e os cenários catastrofistas que estão potencialmente presentes nas tendências sociais atuais” (TEDESCO, 1998, p. 101).

É sob esta ótica que elege a escola para assumir o papel integrador antes a cargo de instituições como o Estado-Nação, a família e a igreja. Estas instituições já não dariam conta de comunicar uma visão capaz de unir, senão a todos, pelo menos a maioria da população em torno de objetivos e/ou valores comuns. Cabe à escola comunicar uma noção de cidadania que contemple uma identidade calcada na pluralidade, o respeito às diferenças individuais, a liberdade com responsabilidade e o exercício democrático.

A noção de cidadania proposta por Tedesco parte do princípio de que o conceito de cidadania moderno, que tem como parâmetro o Estado – Nação, está superado. A seu ver estaríamos vivenciando a emergência de uma nova configuração social, a qual tem como vetores a sofisticação das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e o uso intensivo do conhecimento na produção. Sociedade da Informação, Sociedade Pós-Capitalista, Sociedade Pós-Industrial, Sociedade do Conhecimento etc. são algumas das denominações que tem recebido o novo momento histórico na tentativa de traduzir as mudanças que estão em curso e que provocam alterações profundas nas formas de pensar, produzir, comunicar, atuar politicamente etc. dos atores sociais²⁴.

salários alemães ao padrão asiático impossibilitará aos trabalhadores alemães o consumo de produtos de luxo, como os carros produzidos pela Porsche (BÖHRINGER, 2005).

²⁴Não há unanimidade teórica sobre a emergência de uma nova reconfiguração social e política. Os críticos desta análise destacam que embora as novas tecnologias de comunicação e informação (TICs) tenham contribuído para o estabelecimento de uma cultura informacional e para mudanças

Mas se no plano político a formação de blocos políticos supranacionais contribui para distanciar o cidadão do debate político²⁵, no âmbito da ajuda humanitária e da defesa dos direitos humanos a atuação de organizações supranacionais favorece a ampliação da participação cidadão dos indivíduos, que não ficam mais restritos a seu país de origem, mas se engajam na defesa do gênero humano em qualquer lugar do planeta.

As novas tecnologias de comunicação e informação possibilitam a integração dos locais e a comunicação instantânea do planeta, facilitando a atuação de organismos supranacionais na defesa dos direitos humanos. Contudo, a mesma base técnica que viabiliza o processo de globalização e a compressão do tempo e do espaço, revela locais com tradições culturais arraigadas que na tentativa de preservar seus valores desenvolvem “versões regressivas, defensivas e tradicionais [de identidades culturais], cuja expressão atual são as diferentes formas de neocomunitarismo fanático que se expandem em diversas regiões” (TEDESCO, 1998, p. 80). E mesmo os centros dinâmicos do sistema do capital não estão imunes a associações identitárias regressivas. A exclusão da maioria dos que vivem do trabalho da dinâmica produtiva pode levar a associação dos excluídos em guetos, com sérios riscos para a coesão social.

Tedesco critica as tentativas de formação de grupos fechados em defesa de uma identidade cultural calcada no gênero, na etnia, em crenças religiosas etc. A seu ver muitos desses grupos partem do princípio de que “um negro pensa como negro e só pode ser representado por outro negro, uma mulher pensa como mulher

nas relações interpessoais e sociais face à incorporação de novos modelos de comunicação e informação, elas não engendraram valores sociais que indiquem um novo modelo societário, mas sim a intensificação do capitalismo. O acesso ao conhecimento especializado continua restrito a uns poucos atores sociais e a concentração e a centralização características do capitalismo não se alteram, pelo contrário, têm seu potencial ampliado. Kumar (1997) identifica, ainda, uma tendência de ampliação do uso do taylorismo para além das organizações. A sociedade é submetida a uma organização científica que visa a aferir de seu padrão de consumo à sua preferência política, sexual etc. Tudo é mensurado e pesquisado de forma a aprofundar o conhecimento das organizações sobre os consumidores cidadãos.

²⁵ Em sua reflexão sobre os desafios postos para pensar a cidadania hoje, José Murilo de Carvalho afirma que “os direitos políticos também vêm seu conteúdo esvaziado pela criação de órgãos multinacionais, como o Parlamento Europeu, que afastam cada vez mais o eleitor de seu representante. O cidadão do interior de Portugal tem seu destino decidido em Bruxelas, o que sem dúvida reduz o sentimento e a realidade de sua eficácia política” (CARVALHO, 2000, p. 115).

e só pode ser representada por outra mulher, e assim sucessivamente” (TEDESCO, 1998, p. 78).

Sua análise é que a consolidação deste tipo de identidade pode desencadear um processo de estranhamento do outro. A fim de superar este problema propõe que se construa, a partir da realidade local, uma noção de cidadania que privilegie uma visão global, o respeito à identidade cultural dos indivíduos e que tenha como parâmetro o ser humano.

Nesta construção a escola emerge como um espaço de interseção, onde professores e alunos construiriam uma identidade cultural²⁶ que contemplasse, entre outros fatores, o reconhecimento das diferenças individuais, o respeito ao outro e a tolerância. É na escola que indivíduos com trajetórias e personalidades diferentes serão socializados e ensinados a respeitar e a tolerar as diferenças individuais, a construir uma identidade calcada na responsabilidade e na ética e a desenvolver um “sentido plural de pertinência”²⁷.

A construção de uma identidade cultural comum é o eixo central da noção de cidadania de Tedesco. A seu ver a queda do muro de Berlim teria provocado uma crise no sistema de representação político-partidária, que já não se definiria em torno de ideologias políticas antagônicas, mas sim por identidades nacionais e culturais.

Este deslocamento faz com que haja uma retomada do comunitarismo local, no interior do qual a participação dos cidadãos na vida pública está mais ligada a

²⁶ A construção da identidade cultural é um processo individualizado, que pressupõe o reconhecimento do que não é identitário, do diferente, do outro. O diferente não deve ser visto como um inimigo, mas como um indivíduo portador de uma identidade própria, que deve ser tolerada e compreendida. Nesse sentido o processo de construção de identidade cultural no interior do sistema de ensino pressupõe a aceitação e o reconhecimento do direito do outro em exercer sua individualidade dentro dos padrões culturais com os quais se identifica. “O ideal de tolerância e compreensão supõe não tanto o desaparecimento das fronteiras mas o desaparecimento da concepção do ‘diferente’ como um inimigo” (TEDESCO, 1998, p. 80).

²⁷ “Em termos educacionais, o desenvolvimento desse sentido plural de pertinência, que combine a adesão e a solidariedade local com a abertura às diferenças, implica introduzir maciçamente nas instituições escolares a possibilidade de realizar experiências que fortaleçam esse tipo de formação. Relativamente a isso, todos os diagnósticos indicam a existência de um significativo déficit de experiências democráticas e pluralistas na sociedade. A escola é um âmbito privilegiado para o desenvolvimento de experiências desse tipo, que possam ser organizadas com propósitos educativos” (TEDESCO, 2002, p. 26).

identidades culturais do que a ideologias políticas. Isto faz com que não só o sistema político, como as representações associadas a ele, passem a ser questionados.

Mas apesar de identificar uma crise das identidades políticas e da representação política, Tedesco não aprofunda que desenhos institucionais esta crise assume, muito menos que parâmetros passariam a nortear a representação política²⁸. O que ele salienta é que em um contexto de afirmação do individualismo e de ampliação do horizonte de escolhas do sujeito a idéia de valores totais e de interesses gerais perde força. Isto coloca a questão de que mediações vão pautar os interesses individuais e os interesses coletivos?

Sua resposta para este impasse é uma formação ética calcada na responsabilidade²⁹. Os indivíduos, as organizações, as instituições públicas etc. todos devem assumir sua cota de responsabilidade sobre sua atuação individual e os efeitos de suas escolhas na sociedade. Não é por acaso que em um momento de

²⁸ Alan Touraine (1994, p. 349) também identifica uma crise no sistema de representação política, mas afirma que a “democracia não pode existir sem ser representativa”. Por isso propõe uma reorientação do sistema de representação que em vez de dar prioridade a questões partidárias e/ou político ideológicas, priorizaria a defesa de “questões sociais formuladas pelos próprios atores, e não apenas pelos partidos e pela classe política”. Com base neste pressuposto defende uma cidadania desvinculada “de todo culto da coletividade política, nação, povo ou república. Ser cidadão é sentir-se responsável pelo bom funcionamento das instituições que respeitam os direitos do homem e permitem uma representação das idéias e dos interesses” (TOURAINÉ, 1994, p. 349). Partindo de base teórica diversa, Losurdo (2004) desenvolve uma análise interessante sobre a dissociação entre os interesses dos cidadãos e o sistema de representação política. Sua tese é que a maioria das democracias dos países centrais estabeleceu regimes democráticos que possibilitam uma representação mínima da vontade dos eleitores. A estrutura do sistema político está montada de tal forma que as manifestações de descontentamento não são registradas como válidas. Um exemplo disto é que a opção por candidatos de partidos políticos de fora do *establishment* não tem como se consubstanciar na eleição destes candidatos, mesmo que estes obtenham uma votação expressiva. As regras do processo eleitoral estão direcionadas para a eleição dos candidatos sancionados pelos partidos políticos integrantes do sistema. De mais a mais, a forte influência dos meios de comunicação no processo eleitoral dificulta que candidatos e partidos de fora do sistema comuniquem aos eleitores suas propostas eleitorais. Estes partidos e candidatos são muitas vezes excluídos da cobertura da mídia por não serem considerados relevantes para o processo eleitoral. Isto é grave, pois o alto custo das campanhas eleitorais pode transformar seu financiamento no equivalente hodierno do voto censitário e da taxa de registro.

²⁹ Além da responsabilidade, a formação ética deverá ser norteadada pela tolerância, pela justiça e pela solidariedade. Como estes valores são centrais para a formação do cidadão, Tedesco vê como uma oportunidade o fato de que incapazes de efetuarem a socialização primária de seus filhos as famílias estejam transferindo à escola este papel. A seu ver esta transferência pode abrir espaço para a superação de preconceitos e para a consolidação de uma socialização calcada no respeito ao outro, na tolerância e na responsabilidade.

enfraquecimento de valores totais se fortaleça o arcabouço legal de modo a assegurar os limites da sociabilidade.

Uma das tarefas da escola é ensinar seus alunos a escolher com responsabilidade. É o aprender a escolher que vai colaborar para que os cidadãos se tornem protagonistas responsáveis por suas decisões, contribuindo, assim, para o aprofundamento do processo democrático. Para Tedesco “a democracia como exercício da capacidade de escolher superou amplamente o mero âmbito da escolha de opções políticas” (TEDESCO, 1998, p. 83).

É importante salientar que a noção de cidadania de Tedesco dialoga com conceitos caros à tradição liberal, como individualismo, liberdade negativa e responsabilidade. Por isso, ao nosso ver, ele não opera uma ruptura com o conceito de cidadania moderno, mas sim sua atualização aos marcos operatórios do capitalismo tardio. O papel socializador da escola é ampliado, ela deve incorporar a socialização primária, antes a cargo da família, de forma a “construir” uma sociabilidade que a um só tempo favoreça a adequação dos indivíduos ao processo de globalização da economia e o respeito a sua identidade cultural.

No pacto educativo em tela a formação para o trabalho e a formação para a cidadania se amalgamam não só pela ênfase no desenvolvimento de uma socialização afinada com as capacidades exigidas pela acumulação flexível, mas pela reorganização da própria escola nos moldes da organização flexível.

Para que a escola forme cidadãos aptos a trabalhar em equipe, a se comunicar, a ouvir o outro etc. é preciso que ela incorpore a sua prática pedagógica o trabalho dos professores em equipe, o trabalho por tarefa (projetos), a integração com o outro (escola em rede) etc., de forma a estabelecer “intercâmbios reais, tanto em nível local como nacional e internacional” (TEDESCO, 2002, p. 27).

Esta reorientação viabiliza que a escola forme “condutas nas quais a equipe, e não o indivíduo isolado, seja o fator de êxito e o triunfo não signifique a eliminação dos outros, sem os quais não existe a possibilidade de continuar

competindo” (TEDESCO, 1998, p. 99). Dentro dessa dinâmica a escola assume uma terceira finalidade: a de elemento propulsor da competitividade.

O pressuposto central desta concepção de cidadania parece ser o estabelecimento de uma sociabilidade local que atue de forma preventiva contra os riscos de ruptura social a partir da naturalização das desigualdades do sistema e da introjeção dos mecanismos de diferenciação. O papel da escola é construir coletivamente uma identidade cultural que contemple tal sociabilidade de modo a formar cidadãos e trabalhadores afinados com o capitalismo tardio.

O interessante é que se o sistema de ensino é pensado como superado e portanto passível de ser modificado, o mesmo não ocorre com uma sociabilidade que desemprega e subemprega “cerca de 1 bilhão de trabalhadores, o que corresponde a aproximadamente um terço da força humana mundial que trabalha” (ANTUNES, 2002, p. 191).

A valorização da educação básica no pensamento de Tedesco tem como limite a formação de um tipo humano adequado à organização flexível e a defesa de uma noção de cidadania esvaziada da ação política. A opção por uma formação generalista não abre espaço para pensar a relação capital x trabalho como uma construção histórica e portanto passível de ser superada, muito menos se este tipo de formação pode contribuir para a apropriação da base técnica, microeletrônica, que viabiliza a Revolução Informacional³⁰.

2.5

Algumas considerações

A socialização da economia foi o reconhecimento pelo capital de necessidades outras que não as suas. Este reconhecimento, longe de ser espontâneo foi fruto do embate dos trabalhadores e dos sindicatos por melhores

³⁰ Utilizamos o termo Revolução Informacional a partir da conceituação de Kumar (1997), para quem o termo exprime a mudança da base técnica e a utilização intensiva de artefatos tecnológicos na sociedade contemporânea e inter-relações na aquisição de bens e produtos (*teleshopping*, *telemarketing*, *home-shopping* etc.), nas transações comerciais e bancárias (*telebaking*, comércio eletrônico), nas comunicações (telefonia celular, correio eletrônico, videoconferência etc.), na saúde (hospital virtual, projeto genoma), educação (teleducação) etc.

condições de trabalho e de bem estar. A disputa por maior ou menor socialização da economia leva a uma politização do Estado, já que este emerge como regulador desta tensão. Esta regulamentação tem sua expressão maior nos países centrais, no Estado Providência e nos países periféricos no Estado desenvolvimentista. Podemos dizer que o movimento em prol da socialização da economia se relaciona com o movimento de aprofundamento do processo democrático.

O atual estágio de acumulação do capital associado a políticas neoliberais promoveu uma reorganização do trabalho em nível mundial, com perdas significativas para quem vive do trabalho. Embora esta reorganização tenha se dado com mais intensidade nos países em que a proteção ao trabalho se encontrava mais fragilizada, podemos dizer que ela ocorreu em todo o sistema capitalista e que mesmo governos de esquerda promoveram ajustes regressivos nos direitos sociais que caracterizaram o Estado Providência.

Os ganhos coletivos alcançados pelos trabalhadores são revistos e estes, incapazes da mesma mobilidade das empresas, se vêem reféns da uma racionalidade que tem como norte a manutenção de sua taxa de lucro e não o bem comum. Essa lógica não só promove um retrocesso nas políticas sociais, como desloca o debate do coletivo para o individual. Cabe a cada ator social, individualmente, traçar as diretrizes que vão nortear não só sua trajetória educacional, como o seu futuro. Cada indivíduo deve articular suas competências de forma a conseguir ter sua empregabilidade reconhecida pelo mercado.

É neste contexto que o sistema a educação emerge como fator de distinção entre os trabalhadores. É dito que aqueles que optarem por uma trajetória educacional afinada com a dinâmica produtiva terão, tendencialmente, melhores chances de se inserirem no mercado de trabalho.

A qualificação profissional calcada no modelo fordista é considerada inadequada, assim como o sistema de ensino. A proposta é que se repense a educação em todos os níveis de forma a possibilitar uma formação consistente com o novo cenário, uma formação generalista que privilegie atitudes comportamentais, que crie nos indivíduos a disposição para o aprender a aprender,

que lhes possibilite acompanhar o progresso técnico-científico contemporâneo etc. e que lhes transmita uma noção de cidadania dissociada da política.

Não cabe à escola ensinar profissões, mas capacitar o alunado ao aprendizado contínuo e despertar nele “valores” de pertença, comunidade e responsabilidade. A escola pode até habilitar para o trabalho, mas sua principal tarefa parece ser preparar para a vida. Uma vida que tem como horizonte as vicissitudes do mercado e a insegurança quanto ao futuro, já que se retira do horizonte dos atores sociais a perspectiva de uma trajetória profissional linear e mesmo de seguridade social.

O indivíduo deve ser preparado, desde a educação básica, para desenvolver as capacidades requeridas pela produção. Seu tempo na escola passa a ser subordinado ao aprendizado de uma sociabilidade que não só contribui para a naturalização do sistema capitalista, como para o exercício de uma cidadania esvaziada do político.

Não queremos com isto negar a importância do reconhecimento das diferenças individuais e das identidades culturais, mas destacar que este reconhecimento não exclui a ação política e o embate por uma sociedade mais igualitária. Igualdade aqui não é sinônimo de homogeneização, mas de abertura à construção de uma sociabilidade que contemple o reconhecimento do outro como portador de direitos sociais, como membro de uma coletividade, e não como indivíduo isolado.

Pelo exposto ao longo deste capítulo, consideramos que o questionamento a que tem sido submetido o sistema de ensino pode ser pensado a partir de três eixos: um que se articula com a ruptura com o padrão de remuneração fordista e com a forma salário, outro que considera que uma população adequadamente educada não só contribui para a competitividade do país, como minimiza os riscos de anomia social, e por último, o que associa a mudança no sistema de ensino como uma oportunidade de desenvolver o conhecimento necessário para a apropriação da base técnica que viabiliza a Revolução Informacional.

Dada a complexidade com que se apresenta o desenvolvimento técnico hodierno e a simbiose entre ciência e produção, duvidamos que uma formação

generalista, quando associada a um currículo esvaziado de conteúdo, crie as condições necessárias para esta apropriação. Corre-se o risco de se criar uma polarização de novo tipo, entre aqueles que receberam uma educação consistente e os que não receberam.

Como veremos no próximo capítulo este tipo de polarização educacional permeia a nossa história, assim como a demanda pela democratização do acesso ao sistema público de ensino. A singularidade atual parece residir na insistência do empresariado para que o Estado crie as condições necessárias para elevar a escolaridade da população de forma a assegurar a competitividade do país. Nossa proposta é aprofundar estas questões no próximo capítulo a partir da reflexão sobre a posição do Brasil no sistema capitalista e a demanda da sociedade brasileira por uma educação pública de qualidade.